



Ineditoriais

ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA, RECREATIVA E DE LAZER DO LAGO DOURADO

CNPJ 23.527.464/0001-56

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA DISSOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA, RECREATIVA E DE LAZER DO LAGO DOURADO

Aos 8 dias do mês de fevereiro de 2017, às 19:00h, nesta cidade, na Rua 28 de Setembro nº 536, Piso Superior, conforme edital de convocação, reuniram os associados para votação da proposta de dissolução da Associação, que foi imediatamente aprovada por unanimidade, ficando já determinado que o Sr. LUIS LEANDRO GRASSEL, ficará responsável pela guarda de toda documentação da Associação...

Santa Cruz do Sul, 7 de março de 2017. LUIS LEANDRO GRASSEL, Presidente do Associação Esportiva, Recreativa e Lazer do Lago Dourado

ANA CLAUDIA WEGNER, Secretária

ASSOCIAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos administradores da Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - IMPA Opinião Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Instituto Nacional De Matemática Pura E Aplicada- IMPA ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Associação Instituto Nacional De Matemática Pura E Aplicada- IMPA, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Aceitamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase Continuidade das operações A continuidade das operações da Associação está vinculada ao apoio financeiro de terceiros, substancialmente representado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Responsabilidade da Administração e da governança pela auditoria das demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

d) Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;

e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 09 de fevereiro de 2017. BDO RCS Auditores Independentes S/S CRC 2 SP 013846/F Julian Clemente Contador CRC 1 SP 19/232/0-6-S-RJ Cristiano Mendes de Oliveira Contador CRC 1 RJ 078157/O-2 Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

Table with 3 columns: Nota, 2016, 2015. Rows include Circulante, Caixa e Equivalentes de Caixa, Caixa e Equivalentes Vinculados a Convênios, Valores a Receber, Estoques, Adiantamentos, Despesas Antecipadas, Outros Créditos, Não circulante, Aplicações a Longo Prazo, Despesas Antecipadas, Outros Créditos, Imobilizado Líquido, Imobilizado Líquido Vinculados a Convênios, Intangível, Total do ativo, Passivo e patrimônio social, Circulante, Fornecedores, Obrigações c/ Pessoal e Encargos, Obrigações Tributárias, Contas a Pagar, Adiantamento de Convênios, Não circulante, Convênios - Bens Pertencentes a Terceiros, Doação - Terreno, Patrimônio Social, Reservas p/Contingências Trabalhistas, Superavit ou Deficit do Período, Deficit acumulado, Doações Patrimoniais, Total do passivo.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis. Demonstrações do resultado Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

Table with 3 columns: Nota, 2016, 2015. Rows include Receita, Receita Contrato de gestão, Receita de convênios, Receita Bruta, (-) Custo Atividade, Pequena Intercâmbio, Etnimo, Informação Científica, Desenvolvimento tecnológico, OBMEP, Rede Geoma, Despesas com Convênios, Despesas com Recursos próprios, Supervit (déficit) operacional antes do resultado financeiro, Despesas operacionais, Gerais e Administrativas, Despesas financeiras, Receitas Financeiras com Contrato de Gestão, R. Geoma e Mec's, Receitas Financeiras com Convênios, Receitas Financeiras com Recursos Próprios.



Outros Resultados	19	4.247	4.311
		(5.635)	(4.151)
Superávit (déficit) líquido do exercício		82.256	(37.904)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.  
Demonstrações do resultado  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Superávit (Déficit) do período	82.256	(37.904)
Total do resultado abrangente do período	82.256	(37.904)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.  
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de Reais)

	Patrimônio Social	Doações Patrimoniais	Reserva para contingências trabalhistas	Superávit (Déficit) do período	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	53.611	506	4.382	18.953	77.452
Déficit do período				(46.431)	(46.431)
Incorporação do Superávit/Déficit (2014)	18.489			(18.953)	(464)
Reserva de Contingências			464		464
Saldo em 31 de dezembro de 2015	72.100	506	4.846	(46.431)	31.021
Reversão de Reserva Superávit do período	4.846		(4.846)		
Incorporação do Superávit/Déficit (2015)	(46.431)			82.256	82.256
Saldo em 31 de dezembro de 2016	30.515	506		82.256	113.277

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.  
Demonstrações do resultado  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Prejuízo/Lucro líquido do exercício	82.256	(37.904)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação e Amortização	2.890	3.037
Convênios - Bens Pontuais e Terceiros	(116)	113
	85.030	(34.754)
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
Variação de estoques	5	(86)
Variação de adiantamentos	(58)	1.588
Variação dos demais Ativos a Curto Prazo	-	74
Variação de despesas antecipadas	(633)	(3.047)
Variação de Outros Créditos	(300)	2.688
Variação de Fornecedores	(921)	(11.986)
Variação de adiantamentos de convênios	(24.552)	23
Variação dos demais Passivos a Curto Prazo	89	-
Caixa líquido das atividades operacionais	59.174	(45.500)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	381	632
Aquisição de imobilizado	(5.339)	(1.328)
Aquisição de intangível	-	-
Caixa líquido das atividades de investimentos	(4.958)	(696)
Aumentos (Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	54.216	(46.196)
Caixa no início do exercício	41.985	88.181
Caixa no final do exercício	96.201	41.985
Aumentos (Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	54.216	(46.196)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.  
IMPA - ASSOCIAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015  
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - IMPA-OS, foi qualificada como organização social por meio do Decreto nº 3.605, de 20 de setembro de 2000, e tem por finalidade a realização de pesquisas em ciências matemáticas e afins, a formação de pesquisadores, a difusão do conhecimento matemático, e sua integração com outras áreas da ciência, cultura, educação e do setor produtivo.

As atividades desenvolvidas pelo IMPA-OS estão atreladas a metas e prazos descritos em Contrato de Gestão, com vigência de cinco anos, firmado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC e o IMPA - OS em 23 de janeiro de 2001, publicado no Diário Oficial da União no dia 31 de janeiro de 2001, para a administração do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - IMPA. Em 27 de maio de 2010 foi celebrado um novo contrato de gestão, publicado no Diário Oficial da União em 09 de junho de 2010, com vigência até 30 de maio de 2016. Este foi prorrogado pelo 18º Termo Aditivo ao contrato de gestão até 31 de maio de 2017. O valor total do contrato é de R\$ 326.835.200. Os recursos destinados ao custeio das atividades são providos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032017031300136

2. Apresentação das demonstrações contábeis

A Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - IMPA adota as práticas contábeis aplicáveis no Brasil as quais abrangem a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e a NBC ITG 2002/12 - Entidades Sem Fins Lucrativos emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com os CPCs exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Requer, ainda, que a Administração julgue a maneira mais apropriada para a aplicação das políticas contábeis. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativos foram feitos para a elaboração das demonstrações contábeis são apresentadas na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Entidade.

3. Sumário das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes:

a) Moeda funcional

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

c) Apuração do resultado

As receitas e despesas estão demonstradas pelo regime contábil de competência e mensuradas pelo valor justo. Os custos são reconhecidos quando da disponibilização das verbas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC e estão, portanto, realizadas.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Para a preparação das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto, as demonstrações contábeis incluem várias estimativas, tais como aquelas referentes à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado, e as disposições necessárias para contingências, entre outros. Os resultados reais podem variar das estimativas mencionadas.

e) Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são avaliadas pelo custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável. Compreendem depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de liquidez, cujas taxas são factíveis às de mercado, estando ao seu valor justo e de realização.

f) Imobilizado

Os bens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada.

A depreciação é calculada usando o método linear. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

g) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários são avaliados e, quando necessário e relevante, são ajustados a seu valor presente, o qual considera os fluxos de caixa e taxas de juros explícitas ou implícitas.

h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos, passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e variações monetárias incorridas, quando aplicável.

i) Redução ao valor recuperável dos ativos

Semestralmente é realizada a revisão dos valores líquidos dos ativos a fim de avaliar a necessidade de serem constituídas eventuais provisões para desvalorização.

j) Ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis, quando relevantes, são apenas divulgados em nota explicativa; e (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa abrange numerário em espécie e contas bancárias disponíveis. Equivalentes de Caixa são investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de noventa dias ou menos, constituídos de títulos de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos balanços apresentados e não superam o valor de mercado. As rubricas de caixa e equivalentes estão divididas entre vinculadas e não vinculadas a convênios, da seguinte forma:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Bancos	5.023	62
Aplicações	90.690	17.034
Total C.G. e R.P.	95.713	17.096
Bancos	1	24.890
Aplicações	487	487
Total Convênios	488	24.890

Os fundos de renda fixa e referenciado DI foram contratados junto ao Banco do Brasil S/A e Banco Bradesco S/A. A aplicação de fundo cambial é caracterizada como hedge para aquisição dos periódicos com fornecedores estrangeiros.

Aplicações Financeiras CG e RP

Natureza	Tipo de Aplicação	31/12/2016	31/12/2015
Contrato de Gestão	Fundo Cambial	2.534	3.007
Contrato de Gestão Vinc.	Renda Fixa	4.998	2.494
Contrato de Gestão	Renda Fixa	80.594	5.168
Contrato de Gestão	Fundo de Curto Prazo	469	4.512
Contrato de Gestão	Tít. de Capitalização	504	-
Prov. IR s/ Aplic. Financeira	CG	(13.638)	(7.835)
		85.461	12.346
Recursos Próprios	Referenciado DI	1.964	467
Recursos Próprios	Renda Fixa	3.380	1.037
Prov. IR s/ Aplic. Financeira	RP	(116)	(164)
		5.229	1.340
Contrato de Gestão	Poupança	-	3.315
Recursos Próprios	Poupança	1	33
		90.690	17.034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

fls. 318/320



Aplicações Financeiras Convênios	Fonte	Tipo de Aplicação		
		Poupança	487	24.890
			487	24.890
Total das aplicações financeiras			91.177	41.924

Conforme artigo 12, da Lei nº 9.532/97, o IMPA é imune de tributação de imposto de renda e isento de contribuição social sobre o lucro, uma vez que possui apenas superávit. Entretanto, está sujeito a retenção de imposto de renda na fonte sobre os rendimentos de aplicações financeiras. Como os valores de imposto de renda retidos na fonte não são recuperáveis, são lançados como despesa no resultado do exercício assim que os rendimentos são reconhecidos.

5. Estoques  
Os saldos em estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição e estão compostos pelos seguintes grupos de contas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Almoxarifado	530	622
Publicações	358	261
Materiais para Doação	7	17
<b>Total</b>	<b>895</b>	<b>900</b>

O grupo de almoxarifado é composto por materiais de consumo, de gênero alimentício, material de limpeza e manutenção.

A conta de materiais para doação é uma conta transitória dos equipamentos adquiridos para a premiação das escolas e alunos do Programa OBMEP (Olimpiada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas). Os itens permanecem na conta até que sejam configurados com os programas utilizados pelo OBMEP e enviados aos beneficiários, quando então são contabilizados como despesa.

6. Adiantamentos  
Os saldos totais são compostos, respectivamente, pelos seguintes adiantamentos:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamento a Funcionários	102	158
Adiantamento Programa Inclusão Social	120	72
(-) Provisão para Despesas	(17)	-
Adiantamento Programa OBMEP CG	181	293
(-) Provisão para Despesas	(23)	(106)
Adiantamento para Eventos Científicos	256	180
(-) Provisão para Despesas	(109)	-
Adiantamento Programa OBMEP CG MEC II	3	3
(-) Provisão para Despesas	(3)	-
Adiantamento Programa OBMEP CG MEC IV	689	1.560
(-) Provisão para Despesas	(431)	(692)
Adiantamento a Fornecedores	262	-
Adiantamento a Terceiros	2	61
(-) Provisão para Despesas	(2)	(9)
<b>Total</b>	<b>1.031</b>	<b>1.389</b>

Os adiantamentos realizados para o Programa OBMEP (Olimpiada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas), referem-se, em sua maioria, ao auxílio financeiro concedido ao pessoal de apoio para sua realização, sendo que as respectivas prestações de contas estão sendo acompanhadas e analisadas pela Associação.

Os saldos de adiantamentos em aberto há mais de 180 dias foram provisionados e encontram-se dispostos nas rubricas de adiantamentos, descritos como previsto para despesas.

7. Despesas antecipadas  
Referem-se substancialmente à contratação do espaço RIOCENTRO para a realização do ICM (International Congress of Mathematicians) em agosto/2018, no Rio de Janeiro.

8. Outros créditos

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante		
Dep. Judicial COFINS s/ Rec. Financeiras	264	17
<b>Total</b>	<b>264</b>	<b>17</b>
Ativo não circulante		
Fundação Carlos Chagas (*)	490	437
<b>Total</b>	<b>490</b>	<b>437</b>
<b>Total</b>	<b>754</b>	<b>454</b>

Referem-se à 59 (cinquenta e nove) Letras Financeiras do Tesouro - LFT, com vencimento para 01/09/2018, como prestação de garantia na modalidade de Títulos da Dívida Pública, pertinente ao contrato celebrado entre a Fundação Carlos Chagas e o IMPA, referente ao Contrato de Prestação de Serviço para realização da OBMEP.

9. Imobilizado

Os ativos permanentes estão contabilizados a valor justo e sofrem depreciação linear, calculada conforme taxas a seguir, considerando a natureza do bem. Em 2012, o IMPA realizou os laudos de determinação de vida útil para os bens de Processamento de Dados e Bens em Poder de Terceiros adquiridos até 31/12/2011, sendo que as depreciações e amortizações foram calculadas pelo método linear para os principais itens do ativo imobilizado, considerando o tempo de vida útil dos bens adquiridos com recursos da Associação IMPA-OS, nos termos da resolução nº 1.177/09 aprovada pelo CFC.

Imobilizado não vinculado	Imobilizado contrato de gestão e recursos próprios			Valor Residual em 31/12/2015
	Valor do Bem / Custo Histórico	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Residual em 31/12/2016	
	32.853	-	32.853	32.853
Terrenos	4.326	(724)	3.602	3.948
Edificações	2.023	(1.433)	590	693
Móveis e Utensílios	67	(56)	11	16
Maquinário e Utensílios de escritório	3.315	(2.939)	376	542
Equipamentos Processamento de Dados	944	(779)	164	353
Equipamento Audio, Vídeo, Som	1.645	(780)	865	527
Equipamento Hidráulico e Elétrico	5	(2)	3	3
Gerador de Energia				

Biblioteca	16.130	(10.856)	5.274	4.069
Veículos	172	(26)	146	37
Obra de Arte	4	-	4	1
Maquinário e Equipamentos	61.498	(17.602)	43.896	43.054
Beneficiária em Imóveis de Terceiros	4.803	(3.501)	1.302	1.433
Bens em Poder de Terceiros	1.870	(1.415)	455	685
Imobilizados em Andamento	877	-	877	1.046
Adiantamento para Compra Periódicos	3.065	-	3.065	445
Adiantamento p/ importação Mat. Inform.	143	-	143	-
	10.758	(4.916)	5.842	3.608
<b>Total Imobilizado não vinculado</b>	<b>72.256</b>	<b>(22.518)</b>	<b>49.737</b>	<b>46.663</b>

As beneficiárias em imóveis de terceiros referem-se as reformas e ampliações feitas nas estruturas físicas dos prédios cedidos via Contrato de Gestão.

Por meio de Recursos Próprios da Associação, foi realizada a aquisição de um prédio para moradia dos estudantes e pesquisadores visitantes da Entidade, cujo valor total é de R\$ 4.326.163. Os imóveis passarão por reformas para posterior utilização.

Em 08 de abril de 2014, o Impa recebeu, por doação da Globo Comunicação e Participações S/A, terreno designado por gleba "A" do PA-24166, situado na Rua Barão de Oliveira Castro. A doação foi realizada nas seguintes condições: (i) que o imóvel seja destinado a utilização exclusiva do Impa, (ii) que o imóvel não seja alienado a terceiros pelo prazo de 30 (trinta) anos, a contar da data de assinatura da escritura, sendo que, após este prazo, a doadora terá preferência na aquisição do imóvel na hipótese de alienação do mesmo pelo Impa, e (iii) que as obras a serem realizadas no imóvel tenham início em prazo não superior a 36 (trinta e seis) meses a contar da data de assinatura da escritura. Com o exposto, devido ao não atendimento de todas condições precedentes para reconhecimento desta doação, no que se refere ao início das obras, a contrapartida deste ativo encontra-se registrada no passivo não circulante, na rubrica Doação-Terreno.

A Associação ainda mantém, sob sua responsabilidade, bens de ativo imobilizado adquiridos ou cedidos por terceiros para a realização de projetos convênios, cujo saldo, por convênio, apresentamos a seguir:

Ativo Imobilizado em 31/12/2016	Imobilizados vinculados a convênios		Valor Residual em 31/12/2016	Valor Residual em 31/12/2015
	Valor do Bem / Custo Histórico	Depreciação e Amortização Acumulada		
Móveis e Utensílios	22	(5)	17	19
Equipamentos Processamento de Dados	101	(74)	27	38
Equipamento Audio, Vídeo, Som	4	(3)	1	0
	127	(82)	45	57
Beneficiária em Imóveis de Terceiros	1.208	-	1.208	1.208
Imobilizados em Andamento	-	-	-	381
	1.208	-	1.208	1.589
<b>Total Imobilizado vinculado</b>	<b>1.334</b>	<b>(82)</b>	<b>1.252</b>	<b>1.645</b>

Bens de Terceiros	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor do Bem / Custo Histórico	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Residual em 31/12/2016	Valor Residual em 31/12/2015
CNPQ Conv. Inst. do Milênio			595	595
FINEP - Infra 01			842	842
FINEP - Infra 02			403	692
FINEP - Visgraf			203	203
PRII - ANP/ MCT			456	456
FINEP - Infra 03			403	403
FINEP - REDE			767	767
FINEP - INFRA IMPA			384	384
FINEP - REDE/ GEOMA			403	403
FINEP - Infra 04			414	414
FINEP - MODERCOMPU			376	376
FINEP - SQECP			516	516
FINEP - REVITLAB			1.260	1.260
FINEP - MODERINFRA			95	95
FINEP - INFRADATA			1.384	1.384
PRII - ANP/PETROBRAS			62	62
FINEP EXPANDIMPA			896	896
FINEP AMPLI IMPA			292	292
FINEP NHSCJ			935	935
FINEP EQUIPIMPA			894	721
PETROBRAS ANP II			12	12
<b>Total Bens de Terceiros</b>			<b>11.592</b>	<b>11.708</b>
<b>Total dos imobilizados vinculados a convênios</b>			<b>12.844</b>	<b>13.353</b>



Rs. 319 mil

#### Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Entidade avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. Até o momento não há indicativos da existência de redução do valor recuperável dos ativos da Entidade.

#### 10. Intangível

Os ativos intangíveis da Associação são relativos às aquisições de Direito de Uso de Softwares, nos seguintes valores:

Ativo Imobilizado em 31/12/2016	Valor do Bem / Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Ativo Imobilizado em 31/12/2015
Intangível Software	824	(613)	211	328
<b>Total Intangível</b>	<b>824</b>	<b>(613)</b>	<b>211</b>	<b>328</b>

#### 11. Fornecedores

	2016	2015
GL Eventos - ICM 2018	1.603	2.404
Outros	466	586
<b>Total</b>	<b>2.069</b>	<b>2.990</b>

#### 12. Obrigações com pessoal e encargos

As obrigações trabalhistas são, substancialmente, relativas às provisões para férias, acrescidas dos respectivos encargos incidentes.

	31/12/2016	31/12/2015
Provisões para Férias	1.628	1.511
INSS sobre Provisão p/ Férias	436	405
FGTS sobre Provisão p/ Férias	130	121
PIS sobre Provisão p/ Férias	16	15
Indenizações de Terceiros	25	25
Acordo Trabalhista a Pagar	54	-
Férias a pagar	22	-
<b>Total</b>	<b>2.313</b>	<b>2.077</b>

#### 13. Obrigações Tributárias

As obrigações tributárias da Associação são relacionadas aos impostos retidos na aquisição de serviços e os encargos sociais sobre a folha de pagamento dos empregados da instituição e outros contribuintes individuais.

	31/12/2016	31/12/2015
Impostos e Contribuições a recolher	811	353
Encargos Sociais a Pagar	565	1.217
<b>Total</b>	<b>1.376</b>	<b>1.569</b>

#### 14. Adiantamentos de convênios

O IMPA - OS mantém sob sua responsabilidade R\$ 694 de recursos recebidos a título de convênios com as agências de fomento para aplicação em projetos de pesquisa e na melhoria da infraestrutura da entidade que ainda não foram executados. A entidade mantém sob sua responsabilidade jurídica a aplicação correta dos recursos destes convênios, que apresentam em 31 de dezembro de 2016 os seguintes valores totais:

Descrição	31/12/2016		Total
	Convênio	Rec. Financeira	
Conv. Exec. ANP CONV731948/2010	-	22	22
Conv. Exec. Posgrad-Capes	213	49	262
Conv. Finep AMPLI IMPA Conv. 782358/2012	-	268	268
Conv. FINEP EQUIPIMPA	91	50	141
<b>Total</b>	<b>305</b>	<b>389</b>	<b>694</b>

  

Descrição	31/12/2015		Total
	Convênio	Receita Financeira	
Conv. Exec. ANP CONV731948/2010	94	83	177
Conv. Exec. Posgrad-Capes	19.860	3.594	23.455
Conv. Finep AMPLI IMPA Conv. 782358/2012	344	37	381
Conv. FINEP EQUIPIMPA	-	919	919
<b>Total</b>	<b>20.580</b>	<b>4.666</b>	<b>25.246</b>

#### 15. Patrimônio Social

O patrimônio social é constituído pelas contribuições integralizadas, acrescidas ou diminuído, respectivamente, do superávit ou déficit inerente às atividades da entidade, apurado ao término de cada exercício social.

#### Reserva de Contingências

Seguindo o texto do art. 195 da Lei 6.404/76 "Art. 195. A assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar parte do lucro líquido à formação de reserva com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado."

Em razão da provável perda com a indenização de todos os funcionários celetistas da Associação não estar vinculada a um processo trabalhista em andamento, dessa forma não sendo entendido como perda provável, para ajuste à norma contábil vigente, foi realizado em 31/12/2016 o ajuste nas demonstrações contábeis, conforme apresentado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/ac/bas/basdc.html>, pelo código 00032017031300138

#### 16. Outros resultados

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Divulgação de Materiais Científicos	338	380
Contribuições de Terceiros	1.814	2.311
Recuperação de Despesas	1.609	1.620
Ganho de Capital na Alienação de Bens	(312)	-
Venda de Imobilizado	78	-
Outras Receitas	720	-
(-) Imposto sobre Serviços - ISS	-	-
<b>Total</b>	<b>3.247</b>	<b>4.311</b>

#### 17. Bens recebidos em Comodato

Os bens que formam a Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (terrenos, edifícios e etc.) foram cedidos para uso do IMPA pelo Governo Federal, por meio do contrato de gestão firmado em 23 de janeiro de 2001, descrito na Nota 1 e, portanto, não estão contemplados nas demonstrações financeiras da Associação.

#### 18. Cobertura de seguros

Considerando a natureza de suas atividades e orientação de seus consultores de seguros, a Associação mantém apólice de seguro contra incêndio e danos elétricos para bens próprios e também apólice específica para seus veículos.

#### 19. Resultado do exercício

A composição do resultado é detalhada da seguinte maneira em 31 de dezembro 2016:

Descrição/Fonte de recursos	Contrato de Gestão IMPA	Contrato de Gestão OB-MEP	Recursos Próprios e Convênios	Total
Receita Contrato Gestão	82.748	73.741	-	156.488
Receitas de Convênios	-	-	2.526	2.526
Receita Bruta	82.748	73.741	2.526	159.015
Custo da Atividade	-	-	-	-
Pesquisas e Intercâmbio	(13.050)	-	-	(13.050)
Ensino	(2.903)	-	-	(2.903)
Informação Científica	(2.741)	-	-	(2.741)
Desenvolvimento Tecnológico OBMEP	(4.150)	-	-	(4.150)
Rede Geoma	(1)	(43.581)	-	(43.581)
Despesas com Convênios	-	-	(2.463)	(2.463)
Despesas com Recursos Próprios	-	-	(2.233)	(2.233)
<b>Resultado Bruto</b>	<b>(22.845)</b>	<b>(43.581)</b>	<b>(4.696)</b>	<b>(71.122)</b>
Despesas Operacionais	59.903	30.160	-	87.893
Gerais e Administrativas	(14.280)	-	-	(14.280)
Superávit/(déficit) operacional	45.623	30.160	(2.170)	73.613
Despesas Financeiras	(955)	(224)	(200)	(1.379)
Receitas Financeiras	3.812	1.453	510	5.776
Outras Receitas	589	23	1.500	2.112
Receita de Venda de Livros	-	-	320	320
Doações e Contribuições Terceiros	2	-	1.812	1.813
Projetos	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Resultado não operacional líquido	3.448	1.252	3.943	8.643
Superávit/(Déficit) do Exercício	49.071	31.412	1.773	82.256

A composição do resultado é detalhada da seguinte maneira em 31 de dezembro de 2015:

Descrição / Fonte de Recursos	Contrato de Gestão IMPA	Contrato de Gestão OB-MEP	Recursos Próprios e Convênios	Total
Receita Contrato Gestão	8.040	29.730	-	37.770
Receitas de Convênios	-	-	13.912	13.912
Receita Bruta	8.040	29.730	13.912	51.682
(-) Custo da Atividade	-	-	-	-
Pesquisas e Intercâmbio	(11.380)	-	-	(11.380)
Ensino	(3.901)	-	-	(3.901)
Informação Científica	(3.800)	-	-	(3.800)
Desenvolvimento Tecnológico OBMEP	(4.222)	-	-	(4.222)
Rede Geoma	(2)	(45.697)	-	(45.697)
Despesas com Convênios	-	-	(13.667)	(13.667)
Despesas com Recursos Próprios	-	-	(3.666)	(3.666)
<b>Resultado Bruto</b>	<b>(22.405)</b>	<b>(45.697)</b>	<b>(17.334)</b>	<b>(85.436)</b>
(-) Resultado Bruto	(14.365)	(15.967)	(3.422)	(33.754)
(-) Despesas Operacionais	-	-	-	-
Gerais e Administrativas	(13.112)	-	-	(13.112)
Despesas Financeiras	(439)	(233)	(657)	(1.329)
Receitas Financeiras	3.866	1.173	941	5.980
Outras Receitas	1.527	-	95	1.622
(+/-) Resultado não Operacional	(8.158)	945	378	(6.835)
Receita de Venda de Livros	-	-	373	373
Doações e Contribuições Terceiros	-	-	2.311	2.311
Projetos	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	2.684	2.684
Superávit/(Déficit) do Exercício	(22.523)	(15.022)	(3.591)	(41.136)

#### 20. Realização da olimpíada brasileira de matemática das escolas públicas - OBMEP

A OBMEP é uma promoção do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, executada sob a responsabilidade da Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), com a parceria da Sociedade Brasileira de Matemática (SBM).

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

115.3809



Os recursos recebidos pelo contrato de gestão, FNDE, CNPq, CEF, EBCT, BNDES, HNB, Eletrobras, Instituto Lemann e Instituto TIM foram da ordem de R\$ 449.311, desde 2005, destinados à realização da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas -OBMEP.

Cabe ao IMPA administrar esses recursos com aquisição de materiais e serviços, efetuar os repasses aos coordenadores regionais e analisar/aprovar as respectivas prestações de contas. O histórico dos recursos é o seguinte:

Recursos Recebidos para a realização da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas - OBMEP (R\$)

Ano	CG	Instituto Lemann	Instituto TIM	FNDE	CNPQ	CEF	EBCT	BNDES	BNIH	Eletrobras	Total
2005	11.517	-	-	4.000	-	210	250	-	50	35	16.063
2006	15.867	-	-	16.300	598	90	-	-	-	-	33.155
2007	15.000	-	-	14.700	2.376	-	-	200	-	-	32.076
2008	28.182	-	-	-	3.200	-	-	-	-	-	31.382
2009	27.330	-	-	2.981	2.060	-	-	-	-	-	32.371
2010	30.330	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30.330
2011	32.845	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32.845
2012	39.742	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39.742
2013	48.300	-	-	-	-	-	-	-	-	-	48.300
2014	45.500	-	930	-	-	-	-	-	-	-	46.430
2015	29.730	200	1.440	-	-	-	-	-	-	-	31.370
2016	23.740	90	1.418	-	-	-	-	-	-	-	25.248
Total	398.182	290	3.788	37.981	8.235	300	250	200	50	35	449.311

% 88,62% 0,06% 0,84% 8,45% 1,83% 0,07% 0,06% 0,04% 0,01% 0,01% 100%

21. Relatório de execução do contrato de gestão

Composição do fluxo de caixa resumido para 31 de dezembro 2016

	31.12.2016	31.12.2015
Saldo inicial CG	13.835	48.930
Total de entradas	163.285	49.267
Recursos Contrato de Gestão	156.488	37.770
Outras Receitas Operacionais CG	614	1.532
Receita Financeira Líquida CG	5.265	5.039
Outras Entradas de Caixa	917	4.946
Total de saídas	86.652	83.915
Despesa Pessoal	27.771	24.342
Despesa Custeio	54.114	56.345
Investimento Líquido	2.955	(1.313)
Outras Saídas de Caixa	1.811	3.342
Saldo final CG	90.468	14.302

22. Demonstrativo de excedentes financeiros contrato de gestão

O Impa elabora composição com estimativas para as aplicações dos recursos referentes ao contrato de gestão que foram realizados até 31 de dezembro de 2016, que são apresentadas ao MCTI. Demonstrativos dos excedentes - aplicação dos recursos - Dezembro de 2016

Contrato de Gestão Impa (R\$)

	31.12.2016
Custeio das Atividades básicas do IMPA	85.470
Pagamento de contratos ou direitos trabalhistas, em casos não previstos	4.998
Outros gastos em atividades de relevante interesse para os objetivos do CG	-
Total	90.468

23. Rendimentos de aplicações financeiras

Demonstrativo dos rendimentos das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2016:

Demonstrativo dos Rendimentos de Aplicações Financeiras da Associação (R\$)

Fonte de recursos	Tipo de aplicação	Valor em 31/12/2016	Rendimentos	%
Contrato de gestão	Renda Fixa Referenciado DI Poupança	85.461	5.265	6%

CDB Títulos Capital Fundo cambial

Outras Fontes	Renda Fixa Referenciado DI CDB Poupança	5.716	510	9%
---------------	---	-------	-----	----

24. Grau de alavancagem

Composição do grau de alavancagem para o contrato de gestão em dezembro de 2016:

GRAU DE ALAVANCAGEM

Contrato de Gestão Impa (R\$)

Receita Financeira CG	5.265
Receitas Financeiras Convênios e Recursos Próprios	510
Receitas de Convênios	2.526
Outras Receitas Operacionais	3.633
Total alavancado	11.935
Recursos Contrato de Gestão em 2016	156.488
Grau de alavancagem	8%

25. Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros

A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais estão registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros.

A Administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Entidade, não sendo realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou derivativos embutidos.

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados por meio de critérios gerenciais periodicamente revisados, que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas. As taxas utilizadas são compatíveis com as do mercado.

Adicionalmente, a Administração procede a uma avaliação trimestral da posição da Entidade, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e o monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de mercado: As informações a seguir apresentam informações sobre a exposição da Entidade a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para mensuração e gerenciamento de risco. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar os riscos enfrentados pela Entidade, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderências aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar e instrumentos disponíveis para venda.

26. Eventos Subsequentes

Até a presente data, não ocorreram eventos subsequentes a serem tratados nas demonstrações contábeis da Entidade.

MARCELO VIANA  
Diretor Geral

MARTA BARROSO SALOMÉ  
Contadora CRC-RJ nº 08316/O-5

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

EXTRATO DE CONTRATO

Pregão Eletrônico Nº 6/2016

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 06/2016

Comprador: ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Vendedor: MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.949.582/0001-82

Objeto: Aquisição de 06 (seis) Monitores Multiparamétricos

Vigência: 19/10/2016 a 26/12/2016

Valor: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais)

Vendedor: R.C. ARTIGOS E EQUIP. HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.377.937/0001-06

Objeto: Aquisição de 05 (cinco) Cama Hospitalar

Vigência: 19/10/2016 a 26/12/2016

Valor: R\$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais)

Classificação Orçamentária as despesas decorrentes do Contrato correrão por conta do Convênio nº 001/2016 firmado com a SESAV/FES-BA For: Salvador - Bahia. Data da Assinatura: 19/10/2016. João de Jesus Salomão- Pregoeiro. Em 19 de Outubro de 2016.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2016

A Superintendente da ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/2002, tendo em vista as recomendações passadas pelo Pregoeiro Oficial da AOSID e pela Assessoria Jurídica, bem como a

regularidade do presente procedimento, resolve HOMOLOGAR o resultado da licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2016, tipo menor preço por lote, destinado à aquisição de equipamentos médicos, conforme especificações descritas nos lotes 01, 02 e 03 no anexo I do edital, em favor das empresas MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 02.949.582/0001-82, com sede na Rodovia BR 277 - Curitiba- Ponta Grossa, nº 3.931, Paraná, pelo valor global de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), referente à aquisição de 06 (seis) monitores Multiparamétricos, sendo que um deles com capnografia (lote 01) e R.C. ARTIGOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 02.377.937/0001-06, com sede na Rua Moisés Forzi, 1230, no Distrito Industrial da Cidade de Capivari, Estado de São Paulo, pelo valor global de R\$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais), referente à aquisição de 05 (cinco) camas hospitalares manuais para UTI (lote 02), ficando, desde já, autorizada as suas contratações para as aquisições dos equipamentos discriminados nos lotes 01 e 02 licitados objeto do pregão eletrônico nº 06/2016.

Publique-se e Lavrem-se os Contratos.

E, após, ao Setor de Compris, para as providências cabíveis.

Salvador - BA, 10 de outubro de 2016.

MARIA RITA DE SOUZA BRITTO LOPES PONTES  
Superintendente

BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S.A.

CNPJ/MF nº 02.038.232/0001-64

NIRE nº 5330000552-4

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Conselho de Administração do Bancoob convoca os Acionistas a reunirem-se em AGO, a ser realizada no dia 11 de abril de 2017, às 16:30 (dezesseis horas e trinta minutos), na sede social, localizada no SIG, Quadra 6, Lote 2.080, 3º andar, em Brasília/DF, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: I Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2016, juntamente com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2016 e a distribuição de dividendos; 3. Fixar a remuneração dos conselheiros de administração e dos diretores; 4. Eleger os conselheiros fiscais, titulares e suplentes, e fixar a remuneração. Notas: I. Os documentos obrigatórios e pertinentes às matérias a serem debatidas na AGO e discriminados no art. 133, I, II, III e IV, da Lei nº 6.404/1976 foram publicados no Diário Oficial da União e no Valor Econômico, no dia 17/2/2017. II. É assegurada aos acionistas minoritários, titulares de, no mínimo, um décimo do capital social votante, a facultade de requererem, no prazo de 48 horas antes da data da AGO, a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos Conselheiros de Administração, na forma prevista em lei. III. Os acionistas preferencialistas que pretendem participar da AGO para o fim de eleger, em votação em separado, um Conselheiro Fiscal efe-